

Rating

BBB-Capacidade
adequada para
honrar compromissos
financeiros.Risco baixo
de *default*.

Data: 13/abr/2007

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 13 de abril de 2007, atribuiu o *rating* **BBB-** de longo prazo, em escala nacional, ao Município de Belo Horizonte.

A atribuição do *rating* fundamenta-se na capacidade adequada que o Município apresenta para honrar seus compromissos financeiros, observando principalmente seu baixo nível de endividamento, geração de superávits primários, superávits orçamentários, boa infraestrutura industrial (rodovias, portos e aeroportos), e pela continuidade da sucessão no governo municipal, visto que o PT está à frente da administração municipal há 16 anos.

Além disso, houve cumprimento de todos os indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), inclusive com folga em relação ao do efetivo e a meta determinada, revelando bom nível de comprometimento com o ajuste e equilíbrio fiscal.

Por outro lado, há fatores que impedem uma classificação melhor do *rating*, como registro de precatório em valores elevados e baixo nível de pagamento; sistema previdenciário em sérias dificuldades. Há ainda baixo nível de transparência quanto à gestão fiscal, pois não estão disponíveis no portal de internet do município alguns relatórios sobre a gestão das contas fiscais.

Também é evidente o processo de desindustrialização no município, inclusive perdendo participação nos últimos anos para as regiões periféricas e interioranas, incorrendo em redução do dinamismo da economia local em relação a seus pares, comprometendo, portanto, sua capacidade de geração de recursos no longo prazo.

Outros fatores avaliados que ampararam a atribuição da classificação foram: (i) baixo nível da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), fato que mantém boa margem para endividamento com políticas de desenvolvimento econômico; (ii) bons índices na avaliação de indicadores sociais comparativamente ao Estado, revelando que as políticas sociais aplicadas têm sido acertadas, destacando sua continuidade e reflexos positivos no longo prazo, em particular na área de educação; (iii) boa infraestrutura logística, fator que, no médio prazo, reduz a necessidade de realização de novos investimentos; (iv) modernização nos processos de controle dos gastos e arrecadação tributária com desenvolvimento de programas eletrônicos, reduzindo os custos do município, fator que eleva o nível de eficiência na gestão fiscal; e (v) maioria na Câmara dos Vereadores, incorrendo em situação favorável à aprovação de medidas enviadas e de interesse do Poder Executivo.

PERSPECTIVA

Perspectiva **estável**. Essa perspectiva reflete a expectativa da Austin Rating de que o Município de Belo Horizonte continue empenhando esforços em políticas administrativas, focadas não apenas no cumprimento dos indicadores fiscais contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também de reformulação do sistema previdenciário municipal e ampliação das medidas para redução do estoque de precatórios.

Sobre o Rating:**Perspectiva: Estável****Observação: -****Histórico:**

Abr/07: Atribuição A-

Última Revisão: -**Próxima Revisão: em 6 meses****Data-base: -****Validade: -**

Analista responsável:

Alex Agostini
Tel.: 55 11 3377 0710
alex.agostini@austin.com.brAustin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

Há também a necessidade de realizar políticas de investimentos focadas no estímulo ao setor fabril, que perdeu significativa parcela nos últimos anos para as regiões periféricas e interioranas, incorrendo em redução da arrecadação, melhorando o desempenho econômico.

A divulgação dos resultados das finanças do Município nos próximos meses será determinante para uma melhora ou piora do *rating*, face às medidas implantadas ou não pela atual gestão.

Fatores Positivos

- Continuidade na sucessão administrativa do município, com a presença de 16 anos do PT à frente da prefeitura;
- Maioria na Câmara dos Vereadores, ampliando a margem de aprovação de medidas encaminhadas e de interesse do Poder Executivo;
- Registro de superávits orçamentário e primário;
- Baixo nível de endividamento apontado pela relação DCL/RCL e de gasto com pessoal;
- Aumento do nível de investimentos nos últimos anos;
- Cumprimento de todos os indicadores de desempenho da LRF, inclusive com folga em relação à meta determinada;
- Bom nível de gestão fiscal, com adoção de sistemas para controle de gastos.

Fatores Negativos

- Baixo nível de transparência com a ausência de divulgação de importantes relatórios pertinentes à LRF no portal de internet da prefeitura;
- Perda de competitividade econômica no setor fabril nos últimos anos, incorrendo em perda de dinamismo na arrecadação de tributos próprios (geração de receitas);
- Condições críticas dos passivos contingenciais, com baixíssimo nível de solvência do sistema previdenciário e elevado nível de precatórios.

1. ASPECTO SÓCIO-ECONÔMICO

O Município de Belo Horizonte se localiza na região Sudeste do Brasil, tem população estimada pelo IBGE em 2.399.920 habitantes para o ano de 2006, sendo 100% urbana, e é a terceira maior cidade em população do Brasil. A área de Belo Horizonte é de 331 km², com posicionamento que permite acesso às rotas comerciais, através da malha viária e rodoviária da qual é servida.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte reúne cerca de 4,9 milhões de habitantes em 34 municípios: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.



A cidade apresenta um importante pólo industrial, em que estão como principais produtos o aço e seus derivados, automóveis e produtos têxteis. Minérios como ouro, manganês e pedras preciosas de regiões próximas são processadas na capital. Além disso, é um grande centro cultural, com grandes universidades, museus, bibliotecas, com destaque para a cena cultural, que já abrigou grandes nomes nacionais.

1.1. Diferencial competitivo

Belo Horizonte apresenta localização privilegiada em relação à sua posição geográfica, no entanto, sua estrutura industrial ainda é pouco diversificada, o que diminui sua competitividade frente a outras metrópoles. A representatividade de Belo Horizonte em 2004 foi de 1,4% da economia nacional com R\$ 24,5 bilhões, quando a capital mineira se enquadrou entre as dez maiores economias do país, que concentram 25% do PIB nacional. No entanto, a capital passou da 4ª posição para 5ª devido aos ganhos de representatividade de Manaus e outras regiões.

Em relação ao Estado, o Município representa 14,7% da economia. Cabe ressaltar que Belo Horizonte vem seguindo a mesma tendência apresentada pelas capitais brasileiras, de perda de espaço devido à desconcentração das atividades industriais, sendo que em 1999 representava 15,4% do PIB estadual e em 2004 passou para 14,7%. Nesses casos, de redução do setor industrial, o setor de serviços aumenta sua representação na economia, sendo que em Belo Horizonte esse setor é responsável por 59% do PIB, o que de certa forma é positivo, dado que a penetração da incidência de impostos é significativa nesse setor.

Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto per capita, a preço de mercado Valor Adicionado a preço básico

	2000	2001	2002	2003	2004
PIB	16.060.535	17.047.615	19.703.420	21.583.055	24.513.367
PIB per capita	7.130	7.488	8.562	9.279	10.429
VAB Agropecuária	-	-	-	148	178
VAB Indústria	5.390.669	5.094.629	6.371.774	6.943.137	7.860.574
VAB Administração Pública	1.992.811	2.122.844	2.388.593	2.758.495	3.004.645
VAB Serviços	8.973.305	10.160.327	12.052.957	12.908.376	14.547.631

Fonte: IBGE

Elaboração: Austing Rating

1.2. Comércio exterior

O comércio exterior de Belo Horizonte encerrou o ano de 2006 com superávit de US\$ 367,2 milhões, fruto de exportações de US\$ 658,9 milhões e importações de US\$ 291,6 milhões. A balança comercial de Belo Horizonte respondeu por 0,48% das exportações brasileiras e por 0,31% das importações no ano passado.

Considerando os principais blocos econômicos, os Estados Unidos são o maior destino das exportações, com 34,4%, seguido pela ALADI (exclusive Mercosul) com 21,8%, Ásia (exclusive o Oriente Médio) com 14,1%, e a África (exclusive o Oriente Médio) 8,6%. Individualmente, o maior mercado é os Estados Unidos, que aumentou sua participação de 33,2% em 2005 para 34,4% das exportações de Belo Horizonte em 2006. Em segundo lugar está a Bolívia com 7,4%, que aumentou sua participação nas exportações em relação a 2005 (4,5%). Os principais produtos presentes na pauta de exportações de Belo Horizonte estão bens intermediários, como insumos industriais, com 90,0% do total exportado.

Nas importações realizadas pelo Município em 2006, sobressaem-se as realizadas dos países da União Européia que representam 33,8% do total ante 32,5% em 2005. Em segundo lugar aparecem os Estados Unidos com 33%, seguido pela Ásia com 13,3% e ALADI com 9,6%. Os principais itens da pauta de importação estão vinculados à entrada de insumos industriais e bens de capital.

1.3. Infra-estrutura

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte – Tancredo Neves fica localizado a 28 km do centro da cidade, na região metropolitana na cidade de Confins. O Aeroporto estava em desuso devido à sua distância do centro da capital, porém, políticas de remanejamento de vôos reativaram a grande atividade. Além disso, o governo Estadual iniciou obras da chamada linha verde, que fará ligação entre o Aeroporto e o centro de Belo Horizonte, diminuindo em cerca de 20 minutos o trajeto.

O Aeroporto de Pampulha fica a 8 km do centro da cidade e era a principal porta de entrada em Minas Gerais até a mudança dos vôos para Confins em 2005, passando a operar apenas vôos para o interior do Estado e determinados vôos para Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. A cidade ainda conta com o Aeroporto Carlos Prates, direcionado para a aviação aerodesportiva, aviação geral de pequeno porte e helicópteros.

Belo Horizonte está interligada a importantes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Vitória e Goiânia, possui uma localização privilegiada e é servida por uma extensa malha rodoviária, o que favorece muito o fluxo de visitantes e os investimentos na atividade turística.

1.4. Educação e Saúde

O Município apresenta 95,7% da população alfabetizada, sendo a quinta capital do país em índice de alfabetização, superior aos índices observados no Brasil de 86,4%, entre a população de 15 anos ou mais. A sua classificação no Índice de Desenvolvimento, no Estado, passou da primeira para a segunda colocação, enquanto no *ranking* nacional está na 71ª posição.

Os indicadores de qualidade de vida como infra-estrutura básica, saúde e educação revelam que o município mantém um bom nível, o que exige menores níveis de investimento nessas áreas. Desta forma, os recursos têm maior disponibilidade para aplicação em outras áreas mais carentes, ou mesmo, centralização do foco para redução de sua dívida.

INDICADORES SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA (2005)

SETOR	INDICADOR	CIDADE DE BELO HORIZONTE		ESTADO DE MINAS GERAIS		BRASIL	
		Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total
POPULAÇÃO	População residente (1º julho)	2.399.920	-	19.256.395	-	180.921.139	-
	Habitantes por domicílio	3,8	-	3,4	-	3,5	-
	Mortalidade infantil (por mil) (*)	13,3	-	20,2	-	25,8	-
INFRA-ESTRUTURA	Total de domicílios permanentes	628.334	-	5.625.676	-	52.280.968	-
	Abastecimento de água	623.785	99,3%	5.352.103	95,1%	47.778.877	91,4%
	Esgoto sanitário	580.168	92,3%	5.463.577	97,1%	50.248.644	96,1%
	Iluminação elétrica	627.134	99,8%	5.521.559	98,1%	51.559.283	98,6%
	Telefone	506.004	80,5%	4.022.496	71,5%	37.973.938	72,6%
	Coleta de lixo	619.218	98,5%	4.777.674	84,9%	41.787.758	79,9%
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo	-	4,1%	-	10,9%	-	10,9%
	População Alfabetizada	1.808.056	95,9%	16.180.591	84,0%	152.740.402	84,4%
	Sem instrução e menos de 1 ano	79.967	4,4%	1.575.097	28,0%	16.544.614	10,8%
	1 a 3 anos de estudo	190.636	10,5%	2.283.195	40,6%	21.491.304	14,1%
	4 a 7 anos de estudo	616.916	34,1%	5.566.263	98,9%	47.646.385	31,2%
	8 a 10 anos de estudo	343.935	19,0%	2.612.448	46,4%	25.045.868	16,4%
	11 a 14 anos de estudo	446.331	24,7%	3.298.676	58,6%	33.025.959	21,6%
	15 anos ou mais de estudo	198.444	11,0%	766.858	13,6%	8.576.360	5,6%
Não determinados e sem declaração	8.826	0,5%	78.054	1,4%	409.912	0,3%	
SAÚDE	Estabelecimentos de Saúde	1.032	-	10.592	-	77.004	-
	Públicos	207	20,1%	6.343	59,9%	45.089	58,6%
	Privados	825	79,9%	4.249	40,1%	31.915	41,4%

Fonte: IBGE / PNAD-2005

Elaboração: Austin Rating

2. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

2.1. Sistema de governo

O sistema de governo usado no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialista é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo, onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O prefeito Fernando Damata Maciel foi eleito vice-prefeito em 2001 e assumiu o cargo de prefeito no mesmo ano no lugar de César Maciel, licenciado por motivos de saúde. Em 2005, assumiu novamente o cargo, desta vez como prefeito eleito. O partido do Prefeito (PT) tem se mantido na frente da Prefeitura de Belo Horizonte há 16 anos.

A Câmara Municipal de Vereadores é composta por 42 cadeiras, sendo que 7 são ocupadas pelo PT, partido do Prefeito. Esta composição é favorável ao Prefeito, uma vez que apresenta maioria na Câmara, o que favorece aprovação de Leis e emendas encaminhadas pelo poder Executivo.

3. CONTAS PÚBLICAS

3.1. Servidores públicos municipais

Belo Horizonte conta com 24.044 servidores ativos, 7.609 inativos e 2.545 pensionistas representando um aumento total de 2,7% em relação a 2005. A prefeitura vem apresentando um nível crescente de servidores. Apesar do crescimento do número de servidores, o município vem mantendo as despesas com pessoal abaixo das determinações legais. No entanto, o crescimento do número de servidores tende a aumentar os gastos com previdência, fator que deve ser visto com cautela pelo poder municipal.

QUADRO DE SERVIDORES PREFEITURA DE BELO HORIZONTE					
Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Ativos	14.982	nd	21.760	23.239	24.044
Inativos	5.762	nd	7.256	7.509	7.609
Pensionistas	-	nd	2.233	2.436	2.454
Total	20.744	-	31.249	33.184	34.107

nd: não disponível

Elaboração: Austin Rating

Fonte: Ministério da Previdência

3.2. Orçamento municipal de 2007

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município prevê receita e fixa despesas para o exercício de 2007 no valor de R\$ 4.130 milhões. A previsão orçamentária para o exercício de 2007 estipula a receita em valores acima dos realizados nos anos anteriores, como por exemplo, o crescimento das Receitas Correntes de 18% em relação ao realizado no exercício de 2006, sem justificativa visível para tal crescimento, fato que deve ser considerado negativo na atribuição do *rating*.

**QUADRO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ORÇAMENTO 2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	Part. %
1. Receitas Correntes	3.596,7	88,53%
Receitas Tributárias	1.039,2	25,58%
Impostos	930,6	22,90%
Taxas	108,5	2,67%
Contribuições de Melhoria	0,1	0,00%
Receitas de Contribuições	171,6	4,22%
Receitas Patrimoniais	41,4	1,02%
Receita de Serviços	133,0	3,27%
Transferências Correntes	1.948,3	47,95%
Transferências Intergovernamentais	1.876,2	46,18%
Transferências de Convênios	72,1	1,77%
Outras Receitas Correntes	263,2	6,48%
3. Receitas de Capital	466,2	11,47%
Operações de Crédito	49,2	1,21%
Alienações de Bens	2,0	0,05%
Transferências de Capital	412,7	10,16%
Outras Receitas de Capital	2,3	0,06%
TOTAL	4.063,0	100%

FONTE: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Elaboração: AUSTIN RATING

3.3. Capacidade de arrecadação

O município de Belo Horizonte tem capacidade de arrecadação de recursos relativamente baixa, uma vez que apenas 52% das receitas são de origem própria, sendo a principal delas a Receita Tributária, em que o orçamento de 2007 prevê participação de 28,6% na Receita Total, enquanto as Transferências Correntes representam 48%.

Em 2006, as Transferências Correntes representaram 52,8% do total das Receitas Correntes, no valor total de R\$ 1.608 milhões, sendo as Transferências Intergovernamentais como Cota-Parte ICMS (R\$ 171,3 milhões), Cota-Parte IPVA (R\$ 197,1 milhões) e Cota-Parte FPM (R\$ 171,3 milhões) as principais. A dependência de transferências de recursos tem se mantido estável nos últimos anos, sem perspectiva de queda, fator que desonera a capacidade de arrecadação municipal.

Cabe ressaltar que, por determinação da Constituição Federal, os Estados devem repassar aos Municípios 25% do ICMS arrecadado. Fica a cargo da Secretaria Estadual da Fazenda apurar o índice de participação de cada município. Em Minas Gerais são consideradas as seguintes variáveis: Valor adicionado 79,68%, Área 1%, População 2,71%, População dos 50 municípios mais numerosos 2%, Educação 2%, Produção de alimentos 1%, Patrimônio Cultural 1%, Meio Ambiente 1%, Gasto com Saúde 2%, Receita Própria 2%, Cota Mínima 5,5%, Municípios Mineradores 0,11%. Quanto ao IPVA, 50% do valor arrecadado para veículos licenciados no Município deve retornar à sua origem.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

	R\$ mil					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas Correntes (I)	1.694.199	1.864.597	2.120.412	2.592.793	2.903.279	3.049.299
Receita Tributária	546.780	598.519	643.740	784.108	867.336	974.251
IPTU	203.350	227.065	246.419	282.324	312.802	343.976
ISS	195.484	204.807	218.899	265.210	301.497	346.930
Outras Receitas Tributárias	147.946	166.647	178.422	236.574	253.037	283.345
Receita de Contribuições	57.251	169.079	188.589	255.218	269.445	137.025
Receita Patrimonial	12.503	11.524	21.095	17.055	58.259	24.907
Receita Agropecuária	36	33	115	21	32	41
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	39.420	76.567	90.841	100.652	112.284	121.490
Transferências Correntes	936.259	889.806	1.057.491	1.283.560	1.441.488	1.608.965
Cota-Parte do FPM	nd	nd	nd	129.309	148.038	171.367,69
Cota-Parte do ICMS	nd	nd	nd	351.318	382.068	403.167,45
Cota-Parte do IPVA	nd	nd	nd	140.222	161.629	197.129,12
Outras Transferências Correntes	nd	nd	nd	662.711	749.753	837.300,27
Outras Receitas Correntes	101.950	119.069	118.541	152.179	154.436	182.620
Deduções (II)	107.807	169.079	228.983	264.081	284.785	154.107
Transferências Constitucionais Legais	-	-	-	-	-	-
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	56.801	169.079	165.969	189.243	202.617	65.987
Compensação Financ. Entre Regimes Prev.	-	-	-	-	-	-
Dedução da Rec. p/ formação do FUNDEF	51.006	-	63.014	74.838	82.168	88.119
Receita Corrente Líquida (I-II)	1.586.392	1.695.518	1.891.429	2.328.712	2.618.494	2.895.192

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Austin Rating

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Resultado orçamentário

A cidade de Belo Horizonte apurou R\$ 3,231 bilhões em receitas e R\$ 3,084 bilhões em despesas no ano de 2006, incorrendo em um superávit orçamentário de R\$ 146 milhões, revelando um crescimento acentuado em relação ao ano anterior, quando o superávit alcançado foi de R\$ 46 milhões.

Entretanto, segundo o histórico dos últimos seis exercícios, os anos de 2001, 2002 e 2003 apresentaram déficit. Os últimos anos revelam resultados crescentes, porém, ainda não sustentados pelo governo em relação ao resultado orçamentário, devendo, portanto, passar por ajustes fiscais nos próximos exercícios para que o superávit orçamentário seja mantido.

As receitas próprias alcançaram o nível de R\$ 1,440 bilhão, em 2006, apresentado uma redução de 1,5% em relação ao exercício anterior, quando o valor foi de R\$ 1,461 bilhão. Contudo, o resultado orçamentário foi positivo devido ao crescimento de 11,7% nas Transferências Correntes que ajudou a manter o crescimento da Receita Total em 9,2%, em relação ao ano anterior, enquanto o crescimento observado na Despesa Total foi de 5,9%, resultado principalmente da queda das despesas com pessoal de 18,3%, em relação a 2005.

Os gastos com investimentos em 2006 ficaram no patamar de R\$ 509 milhões, ou seja, 71,4% maior que o nível atingido em 2005 de R\$ 297 milhões, maior nível alcançado nos últimos seis anos.

4.2. Resultado Primário e evolução dos indicadores fiscais

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras. Os números divulgados da execução orçamentária de 2006 revelam que o Município encerrou o ano com superávit primário da ordem de R\$ 89,5 milhões, mais de cinco vezes superior ao resultado apurado no ano anterior de R\$ 15,2 milhões.

Cabe ressaltar que não é possível fazer uma análise de maior abrangência temporal devido à carência de

informações disponibilizadas pela prefeitura.

Um fator que dificultou a análise foi a falta de divulgação de alguns relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, como o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, que traz informações sobre restos a pagar e suficiência de caixa para pagamento das obrigações financeiras, o que reflete de forma negativa na atribuição do *rating*.

5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.”.

<u>RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF</u>	
<p>Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.</p>	<p>Relatório de Gestão Fiscal – RGF Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada quatro meses.</p>

Tipo de Despesa	Limite
Pessoal e Encargos Sociais	Despesa total com pessoal do Poder Executivo em relação à RCL
	Limite Prudencial: até 51,30% da RCL
	Limite Máximo: até 54,40% da RCL
	Despesa total com pessoal Consolidada em relação à RCL
	Limite Prudencial: até 57,00% da RCL
	Limite Máximo: até 60,00% da RCL
Dívida Consolidada Líquida	120 % da RCL
Operações de Crédito	Operações de Crédito Internas e Externas: 16,00 % da RCL
	Operações de Crédito por Antecipação da Receita: 7,00% da RCL

5.1. Indicadores de desempenho da LRF

Anualmente, os municípios devem publicar os Relatórios previstos na LRF, entretanto, há certa falta de divulgação pela Prefeitura de Belo Horizonte dos dados de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária, além de alguns dados divulgados não estarem no formato indicado pela Lei, o que demonstra pouca clareza das contas públicas.

Diferentemente de outros entes, que seguem a aplicação mínima de 25% dos gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, estipulado pela LRF, a Lei Orgânica de Belo Horizonte estipula que 30% dos recursos próprios devem ser gastos em educação. Contudo, o município vem cumprindo a sua autodeterminação, e também

cumpra com folga o valor mínimo de 15% de gastos com saúde determinados pela LRF, o que beneficia Belo Horizonte no sentido em que os gastos com educação e saúde trazem benefícios no longo prazo, através de ganhos de qualidade de vida da população e mão-de-obra qualificada.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais têm se mantido dentro do limite de 54% para o Poder Executivo. Em 2006, os gastos somaram 41,62% da RCL, mantendo o gasto em níveis ainda mais baixos desde o ano de 2003, quando alcançou 48,09% da RCL, no entanto, ainda abaixo do limite previsto.

Em 2005 (último dado disponível), a Dívida Consolidada Líquida (DCL) de Belo Horizonte se manteve no nível de R\$ 664,7 milhões (25,37% da RCL), abaixo do limite de 120% da RCL, estipulada pela LRF, enquanto que em 2004 este indicador representou 20,63% da DCL (R\$ 480,3 bilhões).

Além disso, houve crescimento no nível de investimento do município, que tem se mantido em níveis elevados desde 2002, acima da média de capitais como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. O baixo estoque da dívida, aliado a um nível alto de investimentos, gera boas condições para o aquecimento econômico e conseqüente aumento de arrecadação.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA L.R.F.

INDICADORES	LIMITES	Valores em % da RCL					
		2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo	< ou = 54% da RCL	41,74%	45,93%	48,09%	40,47%	40,84%	41,62%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	29,05%	38,09%	34,30%	20,63%	25,37%	23,79%
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	0,04%	0,94%	1,07%	1,59%	0,56%	1,50%
Vinculações Constitucionais - Educação	> ou = 25%	nd	30,30%	30,35%	30,43%	30,30%	30,34%
Vinculações Constitucionais - Saúde	> ou = 15%	nd	16,78%	19,30%	18,95%	18,51%	19,75%
Investimento	% da RCL	1,01%	10,47%	14,29%	12,49%	9,20%	15,67%
Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ Milhões		1.586,39	1.695,51	1.891,42	2.328,71	2.618,49	2.895,19

nd: não disponível

Elaboração: Austin Rating

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte

6. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

O município de Belo Horizonte tem procurado inovar na área de administração tributária, adotando expansão de sistemas eletrônicos de serviços. No site da prefeitura podem ser encontradas guias de Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débito e Autorização para Impressão de Documentos Fiscais. Em relação à arrecadação, foi implantado o Sistema Integrado de Administração Tributária e Urbana – SIATU, no módulo IPTU, que gera maior controle de informações e aumenta a base de arrecadação tributária.

Em 2005, a prefeitura inovou no Orçamento Participativo, através da votação popular pela internet. Para tanto, foram implantados 160 pontos de votação públicos, com a presença de monitores para auxiliar na utilização da ferramenta. Foram 172.938 votos digitais, em um total de 503.266 votos.

6.1. Licitações e sistemas de controle de gastos

Em 2006, Belo Horizonte apresentou crescimento no volume de compras de 28% em relação a 2005, sendo que houve economia de 13% em relação ao ano anterior. As compras da prefeitura são feitas através do Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – SUCAF e o controle de estoque de materiais é realizado através do Sistema Integrado de Estoques – SIEST.

O sistema de compras de Belo Horizonte foi favorecido também pela implantação do regime de compras através do Pregão Eletrônico. Além de mais ágil, o pregão proporciona economia de recursos, uma vez que há diferença entre os

preços de mercado e os efetivamente praticados por meio dos pregões.

7. PASSIVOS CONTINGENCIAIS

7.1. Previdência social

O Sistema Previdenciário de Belo Horizonte sofreu alterações ao longo dos últimos anos. O BEPREM era o responsável pela arrecadação e pagamento dos benefícios concedidos aos aposentados e pensionistas do município. Entretanto, a partir de 1999, a responsabilidade foi transmitida para a Secretaria Municipal de Administração, que arrecada as contribuições previdenciárias através da criação de um Fundo Previdenciário. O município aderiu ao Programa Federal de Apoio à Reestruturação dos Regimes Previdenciários Municipais.

Atualmente, a BEPREM presta serviços de assistência médica, odontológica e jurídica para os servidores ativos, inativos e pensionistas. Além disso, a BEPREM apresenta estoque de precatórios no valor de R\$ 12,8 milhões, fator que ressalta o histórico negativo das contas previdenciárias.

A situação previdenciária de Belo Horizonte tem se mostrado incapaz de honrar seus compromissos, o que gera necessidade de repasses do Tesouro Municipal para cobertura dos déficits, provocando situação de ineficiência da alocação dos recursos, uma vez que os valores dispensados poderiam agir em setores estratégicos da economia. Tal situação do sistema previdenciário municipal reflete de forma negativa no processo de classificação do *rating*.

7.2. Precatórios

Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, às quais não cabem mais recursos, para satisfazer o credor-exequente. Os precatórios podem ser dos seguintes tipos: trabalhistas, alimentares e não alimentares.

Os pagamentos dos precatórios são realizados seguindo as regras estabelecidas na legislação, como segue: ordem cronológica, espécie, seqüestro, pequeno valor, valor suplementar, crime de responsabilidade, prazo para liquidação, compensação tributária e intervenção federal.

Conforme o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), Belo Horizonte apresenta estoque de precatórios de R\$ 356 milhões, em valores históricos sem atualização. Este valor representa cerca de um terço do montante dos precatórios dos municípios mineiros, alcançando o valor R\$ 967 milhões. Belo Horizonte abre espaço para negociação com os credores dos precatórios municipais através de compensação de créditos tributários e não-tributários, através do site da prefeitura. Esta ferramenta não é suficiente para eliminar o grande estoque de precatórios, no entanto, sinaliza a intenção de minimizar os efeitos negativos da dívida do município. Além dessa medida, o TJMG criou as audiências de conciliação para a quitação mais rápida dos débitos.

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Município, visto que essa prática se apóia em decisões judiciais que levam, em média, 10 anos para serem resolvidas, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifiquem a posição do ente público quanto ao não pagamento. Neste sentido, é importante destacar que o Município apresenta responsabilidade quanto ao pagamento de suas dívidas reconhecidas e julgadas.

8. AVALIAÇÃO DE RISCOS

O processo de desindustrialização pelo qual o município de Belo Horizonte passa, diminui o ritmo da atividade econômica e, conseqüentemente, pode reduzir a capacidade de arrecadação do município. Para reduzir os impactos desse movimento nas receitas municipais, devem ser atraídos novos investimentos, visando a retomada da atividade industrial.

A falta de definição de um programa de reestruturação previdenciária que reverta a situação de déficits aliado ao crescimento do quadro de servidores municipais, desonera as contas públicas, uma vez que um volume maior de recursos do Tesouro Municipal deve ser direcionado para o pagamento de benefícios, impedindo investimentos em áreas estratégicas da economia de Belo Horizonte.

Além disso, a capacidade de arrecadação relativamente baixa e a dependência de transferência de recursos, sem perspectiva de reversão, aumentam a vulnerabilidade do município frente aos desequilíbrios estruturais das esferas estadual e federal de governo.

Classificação da Austin Rating em Escala Nacional

AAA	Elevada capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco quase nulo de <i>default</i> .
AA	Forte capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco irrisório de <i>default</i> .
A	Boa capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco muito baixo de <i>default</i> .
BBB	Capacidade adequada para honrar compromissos financeiros. Risco baixo de <i>default</i> .
BB	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos financeiros. Risco médio de <i>default</i> .
B	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco alto de <i>default</i> .
CCC	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco muito alto de <i>default</i> .
CC	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos financeiros. Risco altíssimo de <i>default</i> .
C	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de pagamento.

Os ratings de “AA” a “CC” podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.